

Limite para taxas de juros dívida externa

Negociar com os credores externos um limite para as taxas de juros internacionais e capitalizar a parcela dos juros que ficar acima do teto fixado. Essa é a alternativa de melhor receptividade entre banqueiros e funcionários do governo dos Estados Unidos, entre todas as propostas que devem ser discutidas, no próximo mês, durante a reunião dos países latino-americanos que enfrentam problemas na gerência de sua dívida externa.

A informação é do embaixador do Brasil em Washington, Sérgio Corrêa da Costa, consultado ontem, pelo telefone, pelo repórter Norton Godoy, de Brasília. O embaixador acredita que há clima para que certas regras do jogo possam ser alteradas e observou que, em conversas que está mantendo com autoridades e banqueiros norte-americanos, tem citado o exemplo da recente operação de salvamento do Continental Illinois, o 8º maior banco dos EUA, montada pelo governo Reagan: "Deve-se, da mesma forma, fazer alguma coisa para que a economia latino-americana também não quebre".

Na Embaixada dos EUA em Brasília, considera-se que essa reunião dos países devedores — ainda sem local definido — é uma forma de "conscientizar" os governos dos países credores. O mesmo entendimento predomina na área econômica do governo brasileiro, conforme disse alta fonte à editora Cláudia Safatle, ontem. Toda a articulação política dos países latinos,



Sérgio Corrêa da Costa

interpreta essa autoridade, tem o objetivo de dar respaldo às negociações econômicas. No caso brasileiro, ressaltou, as gestões se rão com os banqueiros credores, conduzida pelos ministros do Planejamento e da Fazenda e pelo presidente do Banco Central. A nova rodada de negociação da dívida brasileira está prevista para o segundo semestre.

A Argentina espera assinar no próximo dia 14 de junho a "carta de intenções" com o FMI, segundo informou ao jornal Financial Times o vice-presidente do Banco Central argentino, Leopoldo Portnoy. Em Washington, o subsecretário do Tesouro informou que os EUA poderão prorrogar por mais trinta dias as garantias sobre o crédito-ponte de US\$ 300 milhões, caso Buenos Aires chegue a um acordo com o FMI.